

Termo de Referência 59/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
59/2024	158517-UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	JOEL BAVARESCO	06/11/2024 08:51 (v 5.0)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		23205.020932 /2024-53

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 90024/2024 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS PARA ESTUDANTES E ESTAGIÁRIOS DA UFFS, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação do Serviço	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	3969001100040	SERVIÇO	120000	R\$ 0,90	108.000,00
SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS PARA ESTUDANTES E ESTAGIÁRIOS DA UFFS					
	ESPECIFICAÇÃO: SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS PARA ATENDER ESTUDANTES DA GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO E ESTAGIÁRIOS DA UFFS. COBERTURAS: MORTE ACIDENTAL (MAC); INVALIDEZ PERMANENTE TOTAL POR ACIDENTE (IPA); DESPESAS MÉDICAS HOSPITALARES E ODONTOLÓGICAS (D.M.H.O); AUXÍLIO FUNERAL				
	CATMAT/CATSER:13943				

1.2. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto da contratação terá contrato estimativo, cujos pagamentos serão efetuados mensalmente, de acordo com o número de vidas cobertas em cada período, até o limite de 10.000 (dez mil) vidas, cuja comprovação se dará por meio de relatório a ser apresentado pelo gestor/fiscal de contrato.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de doze meses, contado da assinatura do termo de contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que a cobertura de seguro de acidentes pessoais para os alunos da UFFS em estágio obrigatório e a garantia de seguro para estagiários da modalidade não obrigatória contratados pela UFFS tem como objetivo o atendimento da previsão da Lei Nº 11.788/2008, bem como para cumprir com obrigações da UFFS assumidas em convênios e acordos de cooperação para realização de atividades acadêmicas em

outras instituições e entidades. Além da necessidade de garantir cobertura e suporte de seguro para acidentes pessoais para todos os estudantes da UFFS durante a realização de atividades acadêmicas. Quanto à vigência plurianual, esta é mais vantajosa tendo em vista que o custo processual da renovação é consideravelmente inferior ao de uma nova contratação, bem como o fato de que, nas renovações contratuais, o reajuste é considerado tendo como base indicadores oficiais, que tendem a manter uma estabilidade. Novas contratações, por sua vez, estão sujeitas a flutuações de mercado, as quais podem ampliar consideravelmente os preços unitário e total.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência. O objeto a ser contratado é Comum, assim considerado por possuir padrão de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos no Termo de Referência, por meio de especificações usuais no mercado, na forma do inciso XIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021. Destaca-se que se trata de serviço de natureza continuada, sem dedicação de mão de obra exclusiva.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 11234780000150-0-000002/2024

II) Data de publicação no PNCP: 09/02/2024

III) Identificador da Futura Contratação: 364/2024.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1.1. Os requisitos de contratação abrangem a garantia de no mínimo as seguintes coberturas:

4.1.1.1 Morte Acidental (MAC): Garante aos beneficiários o pagamento do capital segurado individual contratado para essa cobertura em caso de morte, em caso de falecimento do segurado decorrente exclusivamente de acidente pessoal coberto pelo seguro. Capital segurado: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);

4.1.1.2. Invalidez Permanente Total por Acidente (IPA): Garante ao próprio segurado, em caso de uma Invalidez Permanente Total por Acidente, o pagamento de uma indenização limitada ao valor do capital Segurado Contratado, caso haja perda, redução ou impotência funcional definitiva, total ou parcial, de um membro ou órgão, em virtude de lesão física causada por acidente pessoal coberto, mediante comprovação de laudo médico e desde que tais lesões sejam insuscetíveis de reabilitação ou recuperação pelos meios terapêuticos disponíveis no momento de sua constatação, exceto decorrente de riscos excluídos. Capital segurado: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);

4.1.1.3. Despesas Médicas Hospitalares e Odontológicas (D.M.H.O): Garante o reembolso das despesas médicas hospitalares e odontológicas incorridas no tratamento sob orientação médica, em consequência direta de acidente pessoal coberto, dentro do período de cobertura da apólice e desde que iniciado nos 30 (trinta) primeiros dias contados do acidente, até o limite do Capital Segurado Contratado. Capital segurado: R\$ 3.000,00 (três mil reais);

4.1.1.4. Auxílio Funeral: Em caso de falecimento do segurado, a contratada providenciará o reembolso dos valores gastos no funeral. Os serviços estão limitados em R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).

Sustentabilidade:

4.2. De acordo com as orientações constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da DECOR/CGU/AGU, 6ª Edição Atualizada e Ampliada, setembro/2023, recomendamos que a Contratada observe, no que couber, boas práticas de sustentabilidade quando da execução dos serviços contratados, baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, em atenção ao disposto nos artigos 5º e 11º da Lei nº 14.133/2021.

4.3. A contratação está em consonância com o Plano de Logística Sustentável da UFFS.

Subcontratação

4.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, tendo quem vista que o Conselho Nacional de Seguros Privados, por meio da Resolução CNSP Nº 432, de 12 de novembro de 2021, exige critérios mínimos de provisões técnicas, ativos redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, capitais de risco, patrimônio líquido ajustado, capital mínimo requerido, planos de regularização, limite de retenção, critérios para a realização de investimentos, normas contábeis, auditoria contábil e auditoria atuarial independentes e Comitê de Auditoria aplicáveis a sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradores.

Vistoria

4.6. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: imediatamente após a assinatura do termo contratual;

5.1.2. Depois de firmado o contrato, a Contratante enviará por e-mail à Contratada, a cada início de mês, uma relação, em planilha eletrônica, contendo informações dos segurados (nome, CPF e data de nascimento) para emissão do faturamento mensal.

5.1.3. A contratada deverá emitir apólice individual nominal ao segurado que foi incluído no seguro. O faturamento inicial consiste na geração das apólices ou de certificados individuais de seguro a todos os segurados listados na planilha, juntamente com os documentos relacionados ao pagamento (fatura, boleto). Nos faturamentos mensais posteriores, a Contratada deverá incluir e excluir vidas seguradas conforme relação recebida da Contratante.

5.2. Cronograma de realização dos serviços:

5.2.1. A cada início de mês, até o dia 07, a Contratante enviará à contratada a relação de segurados;

5.2.2. Após recebimento da relação de segurados, a contratada dará os encaminhamentos internos necessários e retornará, até o dia 25 de cada mês, os documentos de faturamento e apólices;

5.2.3. Após recebimento dos documentos de faturamento e apólices, a contratante dará prosseguimento ao processo, efetuando a conferência, atesto e pagamento.

Local e horário da prestação dos serviços

5.3. De acordo com o requisitante do objeto, o(s) serviços (s) deverão ser executados (s) no âmbito dos seis campi da UFFS, além das unidades da reitoria que abrigam estagiários pertencentes ao quadro de pessoal da Universidade, bem como nas atividades acadêmicas dos alunos matriculados em cursos de Graduação e Pós-Graduação, que abrangem todo o território global.

5.4. O serviço de seguro de acidentes pessoais cobrirá os estudantes de graduação e pós-graduação, além de estagiários da UFFS do: Campus Cerro Largo, Campus Chapecó, Campus Erechim, Campus Laranjeiras do Sul, Campus Passo Fundo, Campus Realeza, Reitoria, Pró-reitorias e Secretarias Especiais, bem como demais campi e/ou unidades que vierem a ser criados.

Rotinas a serem cumpridas

5.5. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.5.1 A adesão dos proponentes ao seguro será feita mediante protocolo da relação nominal ou recebimento do arquivo eletrônico enviado pela UFFS à contratada, contendo os dados dos alunos: nome, data de nascimento e CPF.

5.5.2. A UFFS poderá ampliar ou reduzir quantitativamente o objeto deste Termo de acordo com o número máximo de segurados/mês, respeitada a limitação prevista em Lei, hipótese em que se fará a repactuação de preço correspondente e proporcional, desde que mantidas as condições gerais da proposta.

5.5.3. Após o início de vigência da apólice, as movimentações (inclusões e exclusões) de segurados no faturamento deverão ser encaminhadas na mesma disposição constante no item anterior, impreterivelmente, até o dia 10 do mês da seguinte à vigência do risco, por arquivo eletrônico.

5.5.4. Em caso de não recebimento, a seguradora processará a emissão da fatura com base nos dados cadastrais do mês anterior.

5.5.4.1. O vencimento das faturas ocorrerá em até 45 dias do recebimento, pela contratante, dos documentos de faturamento.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.6.1. A emissão das apólices e faturamento devem acontecer mensalmente;

5.6.2. Os alunos e estagiários serão inseridos ou retirados da cobertura do seguro conforme indicação da Contratante;

5.6.3. A Contratada deverá manter canais de atendimento para orientações aos segurados sobre possíveis acionamentos do seguro.

5.6.4. As coberturas mínimas do seguro estão previstas no documento de Estudos Técnicos Preliminares, anexo do Termo de Referência.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.8. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.1.1. Após a homologação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

6.1.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nos instrumentos desta contratação.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto

6.5. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.6. A Contratada deverá manter preposto da empresa durante o período de vigência do contrato.

Fiscalização

6.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.8. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.9. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.10. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.11. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.13. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.14. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.15. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.16. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.17. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.18. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.19. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.20. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.21. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.22. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto será realizada de modo a verificar se o quantitativo faturado coincide com as planilhas eletrônicas contendo informações dos segurados para emissão do faturamento mensal, bem como se as apólices ou certificados individuais de seguro, inclusões e exclusões são emitidas corretamente.

7.2. Em caso de sinistro, caberá à contratada prestar a assistência necessária para que o segurado ou sua família recebam todo o suporte, de maneira ágil e simplificada, de modo que a indenização da referida cobertura seja devidamente paga.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. Quantitativo de vidas seguradas;

7.3.2. Verificação das inclusões e exclusões de segurados;

7.3.3. Emissão de comprovantes e documentos necessários, listados neste Termo de Referência e no instrumento contratual.

Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#))

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.9.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.9.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.9.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.11.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.16. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.17. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.17.1. o prazo de validade;
- 7.17.2. a data da emissão;
- 7.17.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.17.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.17.5. o valor a pagar; e
- 7.17.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.19. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.20. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.21. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.23. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.24. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.25. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.26. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Forma de pagamento

7.27. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

7.28. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.29. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.30. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.31. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.31.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.32. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.33. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.34. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.35. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço unitário sem dedicação exclusiva de mão de obra.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.23.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.23.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.23.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.23.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.24. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de até 10% do valor total estimado da contratação.

8.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.26. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.27. Comprovante de Registro ou inscrição junto à SUSEP – Superintendência de Seguros Privados . ou em entidade autorreguladora do mercado de corretagem, conforme o disposto nos Arts. 2º e 7º da Lei nº 4.594, de 29 de dezembro de 1964, que comprove que a licitante está apta a operar no mercado segurador brasileiro, e que está legalmente autorizada a operar no mercado do ramo de seguro de vida em grupo e/ou acidentes pessoais coletivos.

8.28. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar;

8.28.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.28.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.28.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.28.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.28.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.28.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.28.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 108.000,00

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 108.000,00 (cento e oito mil reais), conforme custos unitários apostos na tabela do item 1.1.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 26440 - UFFS;

II) Fonte de Recursos: 1000000000;

III) Programa de Trabalho: 12.364.5113.20RK.0040;

IV) Elemento de Despesa: 339039;

V) Plano Interno: MG005N0100N.

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Obrigações da contratante

11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.1. São obrigações do Contratante:

11.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

11.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

11.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

11.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

11.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

11.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

11.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

11.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

11.1.9. A Administração terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir admitida a prorrogação motivada, por igual período.

11.1.10. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

11.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

11.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11.1.13. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme Art. 143 da Lei Nº 14.133, de 2021.

12. Obrigações do contratado

12. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

12.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

12.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

12.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

12.1.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

12.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

12.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

12.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

12.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

12.1.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

12.1.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

12.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto

inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

12.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

12.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

12.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

12.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

13. Infrações e sanções administrativas

13. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

13.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

13.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

13.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

13.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.2.4. **Multa**:

13.2.4.1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

13.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

(i) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

13.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 13.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.

13.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 13.1, de 10% a 30% do valor do Contrato.

13.2.4.5. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 13.1, a multa será de 0,5% a 20% do valor do Contrato.

13.2.4.6. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 13.1, a multa será de 0,5% a 15% do valor do Contrato.

13.2.4.7. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 13.1, a multa será de 0,5% a 10% do valor do Contrato.

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

13.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

13.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 45 (*quarenta e cinco*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.5. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

13.5.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

13.5.2. as peculiaridades do caso concreto;

13.5.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.5.4. os danos que dela provierem para o Contratante;

13.5.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.6. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

13.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

13.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

14. Da classificação da informação

14.1. Em consonância com o princípio da publicidade, informamos que as informações contidas neste processo não se configuram como sigilosas e serão disponibilizadas para consulta pública após a publicação da contratação.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOEL BAVARESCO

Membro da comissão de contratação

ITAMAR LUIZ BREYER

Membro da comissão de contratação

DIEGO PALMEIRA RODRIGUES

Membro da comissão de contratação

CRISTIANO MACIEL

Membro da comissão de contratação

JOAO VICTOR BALESTRIN SARTOR

Membro da comissão de contratação

GESIBEL MAKOSKI MARTINS

Membro da comissão de contratação

JANAITA DA ROCHA GOLIN

Membro da comissão de contratação

MARCELA ALVARES MACIEL

Membro da comissão de contratação

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ETP66_2024 (7).pdf (104.02 KB)
- Anexo II - MR63_2024 (2).pdf (47.31 KB)

Anexo I - ETP66_2024 (7).pdf

Estudo Técnico Preliminar 66/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 23205.020932/2024-53

2. Descrição da necessidade

a. Descrição da necessidade administrativa: Trata-se de estudos preliminares referente à contratação de serviço de seguro de acidentes pessoais para estudantes da UFFS, e estagiários contratados pela UFFS.

b. Origem da demanda: A demanda tem o objetivo de cumprir a Lei Nº 11.788/2008 quanto à cobertura de seguro de acidentes pessoais para os alunos da UFFS em estágio obrigatório, e à garantia de seguro para estagiários da modalidade não obrigatória contratados pela UFFS, bem como para cumprir com obrigações da UFFS assumidas em convênios e acordos de cooperação para realização de atividades acadêmicas em outras instituições e entidades. Além da necessidade de garantir cobertura e suporte de seguro para acidentes pessoais para todos os estudantes da UFFS durante a realização de atividades acadêmicas.

Se faz necessária a garantia da segurança e de cobertura de seguro para todos os estudantes da UFFS em toda e qualquer atividade acadêmica realizada em espaços internos e externos à UFFS. De forma especial nos espaços externos como hospitais e unidades de saúde, escolas, entre outros, tendo em vista que estas atividades envolvem riscos aos estudantes e que estes espaços condicionam a realização das atividades à cobertura de seguro custeado pela UFFS.

Considerando ainda que os discentes da UFFS, além de estágio obrigatório e não obrigatório, desenvolvem diversas atividades de risco como: pesquisas de campo; experimentos em laboratório; eventos acadêmicos, culturais, esportivos; atividades de ensino, pesquisa e extensão; viagens de estudo; dentre outros eventos, estão expostos a uma diversidade de riscos, que no caso de sinistro, em razão da vulnerabilidade socioeconômica dos discentes, agrava a permanência e a saúde destes e onera, de certa forma, a estrutura financeira da Universidade com prestação de Assistência Médico-Hospitalar, com remoção e demanda judicial. Sobre este prisma, a contratação de seguro para todos os alunos se torna indispensável para cobrir eventuais sinistros ocorridos na plenitude das atividades acadêmicas.

Além da própria lei de estágio exigir a cobertura do seguro de acidentes pessoais, a própria Procuradoria da UFFS já aprovou a extensão da cobertura para outros grupos de alunos no Processo 23205.013781/2020-53.

c. Prejuízo institucional pelo não atendimento da demanda: O não atendimento da demanda prejudicará a realização das atividades acadêmicas que são realizadas e viabilizadas em outras instituições e por consequência as relações institucionais da UFFS com tais entidades parceiras, além de ensejar descumprimento da Lei Nº 11.788 /2008 quanto à cobertura de seguro de acidentes pessoais para os alunos da UFFS em estágio obrigatório e para estagiários da modalidade não obrigatória contratados pela UFFS (prejudicando diretamente as atividades acadêmicas e administrativas).

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO (PROGRAD)	ELSIO JOSÉ CORÁ

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Da Classificação do Objeto:

4.1.1. O objeto a ser contratado é Comum, assim considerado por possuir padrão de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos no Termo de Referência, por meio de especificações usuais no mercado, na forma do inciso XIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021.

4.2. Da Natureza:

4.2.1. O serviço de seguro de acidentes pessoais para estudantes da UFFS, e estagiários contratados pela UFFS, tem natureza contínua, sem dedicação exclusiva de mão de obra, cuja a interrupção compromete a atendimento das demandas de assistência aos estudantes e estagiários da UFFS quando da ocorrência de sinistros.

4.3. Da vigência do contrato:

4.3.1. A vigência contratual será pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.4. Da possibilidade de subcontratação:

4.4.1. O objeto não poderá ser subcontratado.

4.5. Das especificações do objeto:

4.5.1. Os requisitos de contratação abrangem a garantia de no mínimo as seguintes coberturas:

4.5.1.1 Morte Acidental (MAC): Garante aos beneficiários o pagamento do capital segurado individual contratado para essa cobertura em caso de morte, em caso de falecimento do segurado decorrente exclusivamente de acidente pessoal coberto pelo seguro. Capital segurado: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);

4.5.1.2. Invalidez Permanente Total por Acidente (IPA): Garante ao próprio segurado, em caso de uma Invalidez Permanente Total por Acidente, o pagamento de uma indenização limitada ao valor do capital Segurado Contratado, caso haja perda, redução ou impotência funcional definitiva, total ou parcial, de um membro ou órgão, em virtude de lesão física causada por acidente pessoal coberto, mediante comprovação de laudo médico e desde que tais lesões sejam insuscetíveis de reabilitação ou recuperação pelos meios terapêuticos disponíveis no momento de sua constatação, exceto decorrente de riscos excluídos. Capital segurado: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);

4.5.1.3. Despesas Médicas Hospitalares e Odontológicas (D.M.H.O): Garante o reembolso das despesas médicas hospitalares e odontológicas incorridas no tratamento sob orientação médica, em consequência direta de acidente pessoal coberto, dentro do período de cobertura da apólice e desde que iniciado nos 30 (trinta) primeiros dias contados do acidente, até o limite do Capital Segurado Contratado. Capital segurado: R\$ 3.000,00 (três mil reais);

4.5.1.4. Auxílio Funeral: Em caso de falecimento do segurado, a contratada providenciará o reembolso dos valores gastos no funeral. Os serviços estão limitados em R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).

4.5.2. Estas coberturas exigem continuidade e devem cobrir os segurados quando estiverem com matrícula ativa na UFFS nas situações especificadas na descrição do objeto. É vantajoso que o contrato da prestação de serviços seja prorrogado por mais de 12 meses, visto que o preço a ser acordado na licitação tende a ser mais baixo do que em processos licitatórios posteriores conforme a variação do preço do mercado.

4.5.3. A solução (contratação de Seguradora para o fornecimento de seguro de acidentes pessoais para alunos da graduação e da pós-graduação que realizam estágio obrigatório, para estagiários pertencentes ao quadro pessoal da UFFS e também para estudantes residentes da pós-graduação) é usual pois outras IES também precisam atender à legislação – sobretudo a Lei 11.788/2008.

4.5.4. O objeto a ser contratado é Comum, assim considerado por possuir padrão de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos no Termo de Referência, por meio de especificações usuais no mercado, na forma do inciso XIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021. Destaca-se que se trata de serviço de natureza continuada, sem dedicação de mão de obra exclusiva.

4.6. Da qualificação da empresa:

4.6.1. As licitantes deverão apresentar o ato de registro ou autorização para a operação de seguros, expedido

4.6.2. Apresentação de Certidão, emitida pela SUSEP, comprovando que a Seguradora licitante não se encontra em regime de liquidação extrajudicial, direção fiscal ou fiscalização extraordinária, nem cumprindo penalidade de suspensão imposta pela SUSEP.

4.7. Da Qualificação Econômico-Financeira

4.7.1. A solicitação dos requisitos de qualificação econômica-financeira se justificam em razão da essencialidade da contratação e da necessidade de garantir qualidade mínima esperada para a prestação dos serviços a serem contratados. Informo que para os requisitos foram aplicados os recomendados na minuta da AGU.

4.7.2. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

4.7.3. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

4.7.4. Balanço patrimonial e demonstração de resultado de exercício (DRE), já exigíveis e apresentados na forma da lei, dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

4.7.4.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

4.7.4.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

4.7.4.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

4.7.4.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

4.7.5. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

4.7.6. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

4.8. Da vedação de participação de consórcio:

4.8.1. Não se aplica.

5. Levantamento de Mercado

Soluções disponíveis no mercado:

Descrição detalhada da solução	Valor estimado

Solução 1 Fornecimento de seguro de acidentes pessoais**R\$ 109.200,00**

Para a contratação dos serviços de fornecimento de seguro de acidentes pessoais para estagiários contratados pela UFFS e estudantes da UFFS (graduação e pós-graduação), incluindo os matriculados em estágio curricular obrigatório e os vinculados às demais atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão (PROGRAD, PROPEPG, PROEC e PROAE), foi observado o modelo de solução adotado por outras IES:

a) Contratação de corretagem de seguro com base no número de vidas (estudantes de graduação, estudantes de pós-graduação e estagiários contratados pela UFFS) aproximado.

Após pesquisa e levando em consideração o histórico de contratações de seguro de acidentes pessoais, identificamos que a única forma de solução viável encontrada é a contratação com base no número de vidas, de acordo com o proposto.

A justificativa para adoção deste tipo de contratação se baseia, também, na pesquisa de preços realizada no Portal de compras do Governo Federal, onde foram localizadas contratações similares, a exemplo do INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TEC.DO NORTE DE MG, INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. BAIANO, UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI, UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS, FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC.

A solução disponível é única, não há alternativas, pois o serviço de seguro específico, inclusive é indicado pela legislação de estágio, sendo esta solução amplamente praticada por instituições de ensino superior e pela UFFS desde 2011, com diversos fornecedores, sem maiores intercorrências identificadas. O mercado de seguros no Brasil é grandemente padronizado e regulado. A equipe de planejamento não encontrou outra solução para atender os requisitos legais impostos, principalmente, pela Lei 11.788/2008.

Tendo em vista que o objeto contratado se trata de serviço de prestação continuada, indicamos que a contratação ocorra por meio de pregão tradicional com contrato estimativo, para possibilitar o pagamento mensal da real demanda quantitativa de estudantes e estagiários da UFFS e as sucessivas prorrogações previstas na legislação.

6. Descrição da solução como um todo

Da solução escolhida: a solução encontrada para resolver a demanda de cumprimento da lei de estágios (11.788 /2008) e do Regulamento de Estágios da UFFS é contratar a seguradora que garanta a cobertura de acidentes pessoais para estudantes da UFFS, e estagiários contratados pela UFFS.

Considerando as opções disponíveis no mercado, a solução escolhida e a ser adotada pela UFFS para atendimento da presente necessidade institucional como um todo é a solução 1, pelo fato de a mesma representar a solução tecnicamente mais eficiente e econômica.

Portanto, a solução a ser contratada é o serviço de seguro de acidentes pessoais para estudantes da UFFS, e estagiários contratados pela UFFS, somando um limite de dez mil vidas.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

O quantitativo da demanda foi estimado considerando uma solução que atenda a dez mil vidas seguradas por mês (quantitativo estimado para termo de referência), sendo:

- 8.200 vidas seguradas por mês (graduação+pós+estagiários em 2024);
- 1.800 vidas seguradas por mês (projeção de aumento no tempo em que o contrato vier a ser mantido /prorrogado).

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 109.200,00

Considerando o quantitativo de vidas a serem seguradas (10.000);

Considerando o pesquisa de preços realizada, na qual foi identificado valor médio por vida segurada de R\$ 0,91;

O valor total estimado para a aquisição do objeto é de **R\$ 109.200,00 (cento e nove mil e duzentos reais)** anuais.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Os itens do presente estudo não deverão ser agrupados em razão de que a necessidade institucional prevê a contratação de apenas um item, ou seja, a solução possui caráter indivisível, não cabendo, portanto, a previsão de parcelamento do objeto.

A solução será contratada para contemplar a integralidade das vidas previstas no objeto. Portanto, não se aplica o parcelamento, exceto no pagamento do seguro, que é feito de forma mensal, conforme as matrículas ativas do público-alvo descrito no objeto da contratação.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A necessidade institucional do presente Estudo não possui relação com outras contratações da Instituição, inclusive futuras.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Após consulta ao setor responsável, foi informado que a contratação está em consonância com o Plano de Logística Sustentável da UFFS.

A aquisição pretendida está prevista no PCA-2024, registrado por meio do DFD 288/2024, ID do item 3064 e número da contratação 364/2024. Os números de identificação dos itens constantes no Plano serão indicados nas Requisições de Compras a serem enviadas no SIPAC: Módulo Compras e está alinhada com o seguinte objetivo estratégico do Plano de Ação Institucional da UFFS:

PLANO DE AÇÃO DA UFFS	
Código do Plano de Ação	Objetivo da Ação Institucional
PROGRAD005	Custeio de atividades da DPGRAD

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Pretende-se, com a presente aquisição, cumprir a lei de estágios de modo a garantir um preço justo no processo de licitação a ser montado após o pedido da contratação deste serviço.

Dentre os benefícios indiretos está o fato de que os estudantes da UFFS e estagiários contratados pela UFFS estejam assegurados em caso de acidentes pessoais e possam recorrer à empresa especializada nesse tipo de prestação de serviço

13. Providências a serem Adotadas

A contratação do objeto não prevê a necessidade de adequação no ambiente institucional onde será alocado ou de adequação de rotinas administrativas da Unidade Requisitante, tendo em vista o tipo/formato de serviço que será

prestado.

Sendo um serviço que, por força de lei, é prestado à UFFS há muitos anos, os fluxos já são bem estabelecidos e não há a necessidade de adequações quanto de ambiente físico, organizacional, ou de pessoal.

Atualmente a UFFS possui o contrato 28/2021 com serviço similar com vigência até dia 05 de janeiro de 2025. A nova contratação visa substituir a presente prestação de serviço. A pretensão da nova contratação é expandir a contratação para abranger todos os alunos da UFFS.

14. Possíveis Impactos Ambientais

De acordo com o Serviço de Gestão de Compras Sustentáveis, para a contratação em tela, não foram localizados critérios de sustentabilidade ambiental passíveis de exigência, bem como, não há indicação de possíveis impactos ambientais decorrentes da contratação.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Declara-se que a contratação é viável e necessária para garantir a cobertura de seguro contra acidentes pessoais para os estudantes e estagiários da UFFS, cujo objetivo é atender aos ditames da Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, bem como as justificativas apresentadas no Processo 23205.013781/2020-53 para estender a cobertura para todos os estudantes da UFFS.

Para atingir esse objetivo, buscamos de forma racional obter o melhor emprego de recursos, visando atingir a eficácia das ações por meio do princípio da eficiência e da economicidade. Considerando que o serviço de contratação de seguro coletivo contra acidentes pessoais é um serviço de natureza continuada, esta equipe de planejamento justifica a contratação como viável.

Com base nas justificativas, premissas e objetivos descritos nesses estudos técnicos preliminares, esta Comissão de Planejamento da Contratação, declara a viabilidade da contratação dos serviços.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOEL BAVARESCO

Membro da comissão de contratação

ITAMAR LUIZ BREYER

Membro da comissão de contratação

DIEGO PALMEIRA RODRIGUES

Membro da comissão de contratação

CRISTIANO MACIEL

Membro da comissão de contratação

JOAO VICTOR BALESTRIN SARTOR

Membro da comissão de contratação

GESIBEL MAKOSKI MARTINS

Membro da comissão de contratação

MARCELA ALVARES MACIEL

Membro da comissão de contratação

JANAÍTA DA ROCHA GOLIN

Membro da comissão de contratação

Anexo II - MR63_2024 (2).pdf

Matriz de Gerenciamento de Riscos

1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos	Responsável pela Edição	Data de Criação
63/2024	JOEL BAVARESCO	01/07/2024 20:02
Objeto da Matriz de Riscos		
Contratação de serviço de seguro de acidentes pessoais para estudantes da UFFS, e estagiários contratados pela UFFS		

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Pregão deserto	Incompatibilidade da descrição do objeto ao mercado de seguros. Preço de referência abaixo do valor de operação do mercado, provocando desinteresse na participação.	Planejamento	Administração	Alto	
Impactos						
1	Não contratação do serviço.					
Ações Preventivas						
P-01	Atentar para que a descrição do objeto não fuja daquele praticado com outras instituições. Pesquisa de preços que leve em consideração uma ampla gama de instituições.			Responsáveis: JOEL BAVARESCO, ITAMAR LUIZ BREYER, DIEGO PALMEIRA RODRIGUES		
Ações de Contingência						
C-01	Readequar o item/pesquisa de preços e realizar novo certame.			Responsáveis: JOEL BAVARESCO, ITAMAR LUIZ BREYER		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	Problemas na execução do contrato (emissão das apólices)	Falta de envio das relações de segurados à empresa. Desorganização interna /atrasos, por parte da contratada.	Gestão de Contrato	Administração	Médio	
Impactos						
1	Não emissão das apólices,					
Ações Preventivas						
P-01	Atenção constante da equipe de fiscalização para os prazos para envio das listas. Manter diálogo e cobrar o cumprimento dos prazos do contrato.			Responsáveis: ITAMAR LUIZ BREYER, DIEGO PALMEIRA RODRIGUES		
Ações de Contingência						
C-01	Cobrança formal ao fornecedor; Aplicação de penalidades previstas em contrato.			Responsáveis: ITAMAR LUIZ BREYER, DIEGO PALMEIRA RODRIGUES		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	Falha no atendimento dos segurados	Deixar de atender aos alunos segurados, dificultando acesso ao prêmio previsto na apólice	Gestão de Contrato	Administração	Médio	
Impactos						
1	Alunos desassistidos em eventos com sinistros e acidentes pessoais.					
Ações Preventivas						
P-01	Buscar contratos pregressos da empresa para verificação de conformidade.			Responsável: DIEGO PALMEIRA RODRIGUES		
Ações de Contingência						
C-01	Acompanhamento das situações pontuais pela equipe de fiscalização. Cobrança formal ao fornecedor; Aplicação de penalidades previstas em contrato.			Responsável: DIEGO PALMEIRA RODRIGUES		

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

JOEL BAVARESCO

Membro da comissão de contratação

DIEGO PALMEIRA RODRIGUES

Membro da comissão de contratação

ITAMAR LUIZ BREYER

Membro da comissão de contratação

CRISTIANO MACIEL

Membro da comissão de contratação

JOAO VICTOR BALESTRIN SARTOR

Membro da comissão de contratação

GESIBEL MAKOSKI MARTINS

Membro da comissão de contratação

JANAITA DA ROCHA GOLIN

Membro da comissão de contratação

MARCELA ALVARES MACIEL

Membro da comissão de contratação



F0053 - TERMO DE REFERÊNCIA N° 1/2024 - PROGRAD (10.50)

(N° do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 15/11/2024 09:57)

CRISTIANO MACIEL

ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO

DAAF (10.47.02.01.02)

Matrícula: ###968#1

(Assinado digitalmente em 14/11/2024 15:55)

DIEGO PALMEIRA RODRIGUES

TECNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS

DPGRAD (10.50.07)

Matrícula: ###639#6

(Assinado digitalmente em 14/11/2024 15:56)

ELSIO JOSE CORA

PRO-REITOR

PROGRAD (10.50)

Matrícula: ###638#6

(Assinado digitalmente em 14/11/2024 16:53)

GESIBEL MAKOSKI MARTINS

ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO

DPLS (10.51.05.03)

Matrícula: ###078#2

(Assinado digitalmente em 14/11/2024 15:55)

ITAMAR LUIZ BREYER

ADMINISTRADOR

DPGRAD (10.50.07)

Matrícula: ###923#9

(Assinado digitalmente em 14/11/2024 16:01)

JOAO VICTOR BALESTRIN SARTOR

CHEFE

DCRA (10.51.05.02)

Matrícula: ###610#6

(Assinado digitalmente em 15/11/2024 12:38)

MARCELA ALVARES MACIEL

DIRETOR

DEX (10.48.03)

Matrícula: ###227#9

Visualize o documento original em <https://sipac.uffs.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **1**,
ano: **2024**, tipo: **F0053 - TERMO DE REFERÊNCIA**, data de emissão: **13/11/2024** e o código de verificação:
accbd90c9c